

XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia
26 - 29 de Julho de 2017, Brasília/DF

GT 28 - Sociologia Histórica: rumos e diálogos atuais

A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL REVISITADA:
COMO O CASO BRASILEIRO CONTRIBUI PARA O DEBATE

Gabriel Quintanilha Kubrusly
FGV CPDOC

A formação do Estado Nacional revisitada:
como o caso brasileiro contribui para o debate

Gabriel Quintanilha Kubrusly

Neste trabalho farei uma investigação sobre a metodologia de análise macro-histórica comparada de Theda Skocpol no livro "*States and Social Revolutions*" e, em seguida, analisarei brevemente o segundo volume de "O processo civilizador", livro no qual Norbert Elias fala sobre a formação do Estado na Europa. A razão pela qual escolhi analisar essas obras diz respeito aos caminhos que venho buscando na pesquisa de doutorado.

Os trabalhos de Elias e de Skocpol são reconhecidos como grandes contribuições para a teorização de escopo amplo, buscando generalizações abrangentes, embora muitas vezes também controversas, sobre o que podemos chamar de lógicas de guerra/conflito e lógicas de paz/acomodação de interesses dominantes nacionais e internacionais. Ambas obras falam da mudança social do ponto de vista das grandes estruturas. No trabalho de Skocpol, o foco recai sobre as mudanças rápidas que se realizam por rupturas sociais muito grandes e repentinas. Em Elias, vemos uma visão da mudança de longo prazo, com ênfase na rede de tensões entre grupos e instituições, que se transformam lentamente com a constante acomodação de forças no processo de institucionalização do Estado.

O desafio de tentar elaborar uma teoria sobre as condições sociais de processos de ruptura nas estruturas de poder de uma sociedade é enorme, demanda fôlego, alguma erudição e poder de abstração. E mesmo tendo todas essas virtudes, o resultado será sempre criticável e sujeito a reducionismos que por vezes estremecem as bases da teoria proposta. Isso se dá com Marx, na sua tentativa de formular a história a partir das tensões estruturantes entre capital e trabalho, no plano geral, e entre superestrutura ideológica e política e as condições materiais de existência e produção, na construção do mundo político, cultural e econômico. Com Weber, as grandes generalizações também mostram sua limitação em abarcar a diversidade do real em pelo menos dois aspectos de sua teoria: a explicação problemática, porém valiosa, de como a sociedade moderna se define pelo processo de racionalização realizado na estruturação de um regime de administração pública baseado numa burocracia impessoal que assume uma forma cada vez mais automática e eficiente, mudando até mesmo a composição e a natureza da

legitimidade das instituições de Estado; E a idéia segundo a qual o advento do protestantismo geraria as condições simbólicas de possibilidade para o surgimento do sistema capitalista de produção e trocas, na medida em que o protestantismo luterano criaria uma justificativa moral para a acumulação de capital ao associar a busca pela salvação da alma com o sucesso profissional em vida. O mesmo poderia ser dito sobre Durkheim, Thompson, Braudel e todos que ousaram pensar o tempo de longa duração.

O ponto aqui é enfatizar que toda tentativa de abarcar a realidade em termos gerais tem seu preço. Há elementos que se perdem, e ter consciência desses limites nos ajudará a ter dimensão do que realmente se ganha com esse tipo de abordagem.

O método da análise macro-histórica comparada de Theda Skocpol

Em "*States and Social Revolutions*", Theda Skocpol (1979) discute as condições de possibilidade, padrões de desenvolvimento e desfechos das revoluções Francesa (1787-1800), Russa (1917-1921) e Chinesa (1911-1949). A autora não trabalha com fontes primárias, mas busca apreender, através do estabelecimento de relações hipotéticas entre variáveis que se mostraram historicamente relevantes, os padrões gerais da transformação revolucionária. A autora define esse tipo de processo social como uma transformação que ocorre de forma rápida, de modo a alterar, com êxito, as estruturas sociopolíticas e de classe, sendo em parte realizada ou pelo menos acompanhada por revoltas de cunho popular, de baixo para cima.

Nesta tarefa de análise de trajetórias históricas variadas, os conceitos gerais tem papel crucial, pois são instrumentos que ajudam a compor um quadro de referências compreensíveis e comparáveis. Revoluções sociais distinguem-se de outros conflitos e processos de transformação na medida em que promovem mudança na ordem política, com alterações significativas na organização do Estado, e na estrutura social, a partir da sublevação de classe. Diferentemente de revoluções sociais, revoluções políticas podem mudar a estrutura política, mas não a social. Levantes populares e rebeliões não chegam a promover mudanças estruturais, seja na política seja na estrutura de classes. Além disso, processos transformadores da estrutura social e econômica, como foi o caso da industrialização, não necessariamente acarretam mudanças políticas ou resultam de insurreições repentinas.

O conceito de revolução social, da forma como é elaborado por Skocpol, pode ser aplicado em poucas experiências modernas. Além dos casos estudados pela autora, ela cita os casos do México entre 1911 e os anos 1930 e, depois da Segunda Guerra Mundial, do Vietnã, Iugoslávia, Cuba, Bolívia, Angola, Moçambique, Etiópia, entre poucos outros. Nos casos elencados e analisados pela autora, o impacto e o apelo internacional das transformações revolucionárias em contextos nacionais foram enormes: os ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade; a competição e o desafio colocados pela Revolução Russa ao capitalismo ocidental, na primeira metade do século, e perpetuados pela Revolução Chinesa, na segunda metade.

Para cumprir com seu objetivo de entender as revoluções sociais no mundo moderno, a autora trabalha, então, com a história comparada da França dos Bourbons, da China Imperial e da Rússia Czarista. A escolha de utilizar o método comparado em casos tão diferentes é contraintuitiva, pois opta pelo tratamento do tema em experiências históricas muito distantes umas das outras. No entanto, a autora argumenta que essa dissonância de realidades garante o estudo de um padrão coerente do fenômeno “revolução social moderna”, permitindo abarcar o que existe em comum em termos de padrão lógico do processo, mantendo algum grau de controle sobre as variáveis concorrentes na explicação do processo. Se tivesse optado por trabalhar comparativamente com experiências dentro da Europa, a autora correria o risco de conferir importância demasiada a aspectos que poderiam ser válidos dentro apenas de uma mesma “família de estados”, no caso, a ocidental. Uma contribuição importante que o estudo apresenta reside, portanto, na depuração das variáveis que parecem operar de maneira mais regular e generalizável.

Isso não quer dizer que os argumentos causais específicos dos casos analisados são extensíveis para uma teoria geral das revoluções sociais no sentido normativo. Skocpol reconhece a impossibilidade de se assistir, tanto no presente como no futuro, a repetição de grandes transformações políticas que ocorreram no passado. Tal impasse expressa um problema constitutivo da sociologia, decorrente da tensão entre elaboração teórica e conceitual e descobertas empíricas. Por outro lado, a tarefa da história e da sociologia não deve, necessariamente, ser confundida com a de apontar caminhos para o futuro.

No artigo "*The Uses of Comparative Macro-History In Macrosocial Inquiry*", Theda Skocpol e Margaret Somers defendem que há, ao menos, três lógicas distintas no uso de história comparada em pesquisa macro-sociológica: i-análise macro-causal; ii -

demonstração paralela da teoria; e iii -contraste de contextos. Cada tipo de história comparada se utiliza da justaposição de casos histórico com propósitos diferentes. Cada lógica tem critérios distintos de seleção dos casos, de apresentação dos argumentos e, mais importante, suas próprias vantagens e limitações.

A história comparada como demonstração paralela de teorias quer convencer seus leitores da validade de uma teoria. Os casos são selecionados com o objetivo de descobrir as possibilidades lógicas possíveis ou para representar uma gama de subtipos de um *continuum*. O objetivo da comparação é estabelecer similitudes entre os casos. Caracteristicamente, modelos teóricos e hipóteses são formuladas antes da comparação. A história comparada como contraste de contextos quer sublinhar a especificidade de cada experiência histórica incluída na discussão. Temas e perguntas servem como enquadramento na hora de se apontar as diferenças entre os casos, que são selecionados com base em suas discrepâncias. O objetivo é estabelecer limites a teorias gerais.

Já a história comparada como análise macro-causal tem o propósito de estabelecer inferências causais sobre processos e estruturas no nível macro. Este é o caso do livro "States and Social Revolutions". O objetivo é especificar configurações favoráveis e desfavoráveis para que um resultado particular tenha lugar. Os casos são selecionados de maneira que uma comparação controlada seja possível e o tipo de análise se assemelha à análise estatística, que manipula grupos de casos cujas variáveis estão controladas o bastante para que seja possível apreender da variação geral das relações causais de uma variável em relação a outras. No caso da pesquisa macro-sociológica, no entanto, o número de casos é geralmente pequeno e o de variáveis, grande. Estamos diante, então, do clássico problema das ciências sociais, que é o problema da sobredeterminação dos fenômenos sociais.

Um fenômeno social é sobredeterminado quando muitas variáveis independentes explicam a mesma variável dependente e não há base empírica suficiente para que seja possível ao pesquisador confirmar ou refutar hipóteses, sendo muito difícil ou até impossível isolar as diferentes explicações relevantes. Nessa situação, a opção por uma ou outra teoria concorrente não pode se apoiar em observações concretas. Alternativamente, critérios políticos, ideológicos e mesmo de acessibilidade à informação acabam por influir na escolha teórica (Lopez, 1995).

Para Skocpol, uma forma de resolver este problema é aplicar o "método do acordo" ou o "método da diferença", propostos por John Stuart Mill. A pesquisa comparativa figura, então, como estratégia para reduzir o número de variáveis

relevantes para a explicação de um fenômeno, descartando aquelas variáveis apenas plausíveis, mas não importantes. No método do acordo, o resultado dependente varia ao longo das observações, mas os casos, de modo geral, devem ser o mais semelhantes possível. Os traços semelhantes são considerados irrelevantes como fatores explicativos, enquanto as diferenças constituem hipóteses que concorrem para uma efetiva explicação do fenômeno. O método da diferença assume que a variável ou fenômeno dependente não varia ao longo das observações e busca a heterogeneidade máxima entre os casos em comparação.

Uma combinação entre os dois métodos é utilizada no livro de Skocpol. Essa abordagem tem a vantagem de pretender validar hipóteses causais, embora o controle das comparações para fins de generalização seja ainda imperfeito. A autora busca aprimorar este controle ao aumentar o número de observações com casos contrastantes - a saber, a Revolução Inglesa desde 1640 até a Revolução Gloriosa (1688-9), a Restauração Meiji no Japão (1868-73), o Movimento Reformista Prussiano (1807-15) e a (fracassada) Revolução Alemã (1848-50) - e ampliando os âmbitos geográfico e temporal da pesquisa.

Só foi possível trabalhar com história comparada, no caso dela, porque existia uma já ampla bibliografia sobre o tema e os casos em questão. O desafio do analista sócio-histórico não reside, portanto, na procura de fontes primárias, mas na falta de grande volume de literatura histórica. Esse é um ponto importante na minha reflexão sobre como abordar meu tema de tese. A tentação de entrar nas minúcias da pesquisa de arquivo é grande, mas os trabalhos que se dedicam a sistematização macro-histórica do volume já relativamente grande de pesquisas já produzidas sobre o meu tema de interesse é escasso e assistemático.

Philip Abrams (1980) critica o método preconizado por Skocpol - o da sociologia macro-histórica - e defende que toda explicação sociológica é já necessariamente histórica e que, portanto, o que se convencionou chamar de sociologia histórica não é um tipo especial de sociologia, mas a própria essência da disciplina. Segundo o autor, distinções entre sociologia e história são mais perceptíveis se considerarmos as perguntas que cada disciplina se faz, pois as regras de explicação e a concepção sobre o que é uma análise social são basicamente as mesmas. Em uma definição que remete diretamente à distinção feita por Max Weber entre sociologia e história, Abrams aponta que a sociologia dedica seu tempo a descobrir como e por que

certos eventos ocorreram, enquanto a história se pergunta o que era o mundo (a experiência de se estar no mundo) num determinado momento.

O autor contesta a ideia de que narrativas históricas são diferentes de explicações sociológicas e aponta como historiadores, ao contar histórias, fazem uso de arcaísmos conceituais e teóricos, os quais quase sempre não são explicitados. Este acobertamento faz com que análises sejam lidas como acontecimentos incontestáveis e impede que trabalhos históricos sejam passíveis de críticas bem fundadas. A plausibilidade de uma narrativa não deveria ser tomada como uma explicação. Para Skocpol, as fronteiras entre sociologia e história não parecem tão borradas, mas certamente a autora concorda com a crítica à falta de explicitação teórica nas pesquisas históricas. Skocpol ressalta, no entanto, que estudos de análise macro não são substitutos da tarefa de formulação teórica, embora esta dependa dos achados da história comparada como análise macro-causal.

A construção do argumento central do livro de Skocpol é feita de forma diligente e esquemática. Enquanto apresenta as principais correntes teóricas sobre revoluções, a autora apresenta suas críticas e desenvolve o próprio aporte teórico, para em seguida revisar os casos históricos particulares, tomados individualmente e de forma comparada, a luz de suas hipóteses e perguntas de pesquisa. A primeira crítica que faz a autora diz respeito à falta de correspondência das teorias vigentes com a experiência histórica conhecida. Segundo ela, as teorias existentes pareciam derivar suas interpretações de modelos que prevêem como protestos políticos e mudanças deveriam, supostamente, ocorrer em democracias liberais ou em sociedades capitalistas.

Ao longo do livro, a autora comenta quatro grupos de teorias sobre revoluções: i - marxistas; ii - psicológico-motivacionais; iii - de sistemas de valores; iv - de conflito por poder. Ela refuta as explicações estrutural-funcionalistas de Talcott Parsons e outros sobre a mudança e a quebra da ordem social, baseadas na ideia de desequilíbrio de sistemas de orientação e de valores e a consequente resposta violenta à ausência de estabilidade e consenso. Ela também desafia o entendimento da teoria da privação relativa de que o descontentamento e a frustração das massas - fatores psicológicos - levam à revolta coletiva e, por consequência, a mudanças sociais. Teorias baseadas nesse pressuposto fazem das orientações valorativas e da legitimidade política elementos centrais de explicação.

A concepção de revolução social de Skocpol tem grande influência marxista no que diz respeito ao conflito de classe e à mudança socio-estrutural. Para Marx, a

revolução é alcançada pela ação da classe revolucionária, uma vez que esta esteja consciente de si mesma, o que se torna possível com a existência de contradições estruturais em materiais, derivadas das relações materiais de produção e seus antagonismos estruturantes. A revolução não é, portanto, um episódio isolado de violência contra uma classe dominante. Ela marca a transição de um modo de produção antigo para um novo, no qual novas relações sociais de propriedade e de apropriação de recursos criam condições para o desenvolvimento (teleológico) da sociedade.

Apesar da influência, a autora não parece adotar a filosofia da história de Marx e critica sua concepção de Estado. Não só o entendimento da revolução passa por uma abordagem estruturalista não voluntarista, como ela requer que o Estado seja concebido como um conjunto de organizações administrativas e coercitivas, potencialmente autônomas (embora certamente interligadas) com relação aos interesses das classes (dominantes e subordinadas). Uma crítica adequada à autora guarda relação com a concepção de um Estado, talvez, demasiado homogêneo e monolítico enquanto ator político independente.

A teoria do conflito político, cujo expoente destacado pela autora é Charles Tilly, argumenta que não importa o quão insatisfeitas estejam as pessoas elas não se engajarão em ações políticas, incluindo violência e, em última instância, a própria revolução, a não ser que façam parte de grupos minimamente organizados, com acesso a recursos relevantes. As variáveis que dão conta de explicar a ação coletiva são, então, interesses de grupo, capacidade e níveis de organização, controle de recursos socialmente valorizados e de oportunidades, além da relação com grupos com objetivos conflitantes e com grupos com interesses comuns. Não obstante discorde da ênfase voluntarista da explicação dessa corrente teórica, Skocpol ressalta a importância da consideração dos recursos e das capacidades de organização na atuação política.

As duas últimas abordagens compõem, em parte, o referencial teórico de Theda Skocpol. No livro, que é baseado em sua pesquisa de doutorado, as relações de conflito entre camponeses e senhores na China, na França e na Rússia ganham destaque, uma vez que os primeiros atacam diretamente os privilégios e as propriedades dos segundos, contribuindo direta e indiretamente para a mudança sociopolítica estrutural que caracteriza a revolução social. Tanto as tensões potencialmente desestabilizadoras e as formas de organização e de ação efetivas são objeto de investigação.

De um modo geral, as crises e os conflitos que precederam o processo revolucionário são, então, analisadas a partir da dinâmica entre a estrutura de classes, o

Estado e, igualmente importante, o sistema internacional. A autora argumenta que, historicamente, relações transnacionais desiguais e competitivas conformaram as possibilidades de desenvolvimento dos Estados (inclusive das suas estruturas de classe), influenciando diretamente o contexto doméstico. Especial atenção é dada às ameaças de invasão e às guerras internacionais. Nesse ponto a autora se mostra afinada com tendências que a partir da década de 1980 começaram a serem entendidas como uma historiografia global. O reconhecimento da impossibilidade de entender o contexto interno de uma sociedade sem referência às dinâmicas transnacionais que atravessam esse contexto é um traço marcante no livro.

Além de valorizar as contribuições de Marx e Tilly, Skocpol menciona a importância da obra de Barrington Moore Jr., que destaca o papel das estruturas e dos conflitos agrários para a política moderna. Em *As origens sociais da ditadura e da democracia* (1966), Barrington Moore Jr. analisa as condições de sociogênese da democracia, do fascismo e do comunismo, dando ênfase especial às relações estabelecidas entre os regimes agrários pré-existentes a cada um desses tipos sociais e o novo fenômeno da industrialização que se propaga em todos eles. Metodologicamente, ele constrói variantes de modelos de modernização compostos por tipos ideais derivados de uma profunda análise histórica. Em seguida, sistematiza três rotas de modernização: i - revolução burguesa que leva à democracia liberal; ii - capitalismo conservador que culminou no fascismo (ou revolução burguesa vinda de cima); iii - revolução camponesa que leva ao comunismo.

A influência de Barrington Moore Jr. sobre o trabalho de Skocpol é evidente, inclusive na posição analítica estruturalista, sem destaque para questões de identidade, sistema de valores ou subjetividades. Assim como ele, Skocpol admite que há elementos psicológicos e culturais em jogo, mas não os aborda como centrais, destacando por sua vez, fatores políticos, econômicos e geopolíticos.

Para a autora, movimentos revolucionários não emergem se o sistema social existente não estiver em crise. Além disso, argumenta a autora, nenhuma experiência histórica corroboraria a tese voluntarista da mudança social. Pelo contrário, reforçam que as grandes transformações sociais são produtos não antecipados e não planejados de uma sucessão imensurável de ações humanas, daí a citação de Wendell Phillips, que afirma que as revoluções não são feitas, acontecem.

Em suma, nos três casos de revolução social em análise, as estruturas de Estado e de classes sociais não haviam sido criadas ou mesmo alteradas em sua base em

decorrência da experiência de dominação colonial. Pelo contrário, eram Estados agrários ricos e politicamente ambiciosos, autocratas e pouco burocratizados. Todos precisaram enfrentar competição militar de Estados mais desenvolvidos economicamente, que levaram a crises políticas, içadas e dinamizadas pela participação de revoltosos de classes populares que, por sua vez, foram incitados por lideranças políticas marginais dentre as classes dominantes. Todas as três experiências de revolução foram completas (e nesse sentido “bem-sucedidas”), aconteceram no passado distante e tiveram como resultado a consolidação de um estado revolucionário mais centralizado, burocratizado, poderoso internacionalmente e que incorporou mais as massas de camponeses e trabalhadores urbanos ao processo político a expensas da perda de privilégios da classe dominante agrária.

A formação do Estado Nacional segundo a abordagem de Norbert Elias

Ao estudar processos revolucionários, Theda Skocpol parte de uma abordagem estruturalista que enfatiza condições objetivas e relações de conflito entre os grupos sociais, em vez de mobilizar de maneira mais fina variáveis como interesses, valores ou ideologias. Ao tratar da emergência e consolidação de novos regimes políticos –França napoleônica, Rússia stalinista e China comunista-, Skocpol trata dos esforços de construção do Estado por parte das lideranças revolucionárias, mas sempre privilegiando, como objeto, as organizações estatais nas suas relações com o doméstico e o internacional. Suas conclusões apontam para a improbabilidade de revoluções sociais voltarem a ocorrer no novo cenário mundial, em que Estados possuem um aparato repressor e uma capacidade tecnológica e burocrática sem precedentes na história. Sua teoria das revoluções sociais as enquadra, portanto, em um contexto histórico mundial específico, relacionados a Estados com estruturas agrárias em competição internacional militar e econômica, e esse é, talvez, a maior limitação de sua proposta de análise. Sugiro olharmos agora para o modelo de Elias para enriquecer e aprofundar a dimensão teórica tratada por Skocpol.

O trabalho de Norbert Elias será usado aqui, uma vez que assim como Skocpol, ele trata de grandes transformações sociais, porém, diferente dela, aborda mudanças que se realizam em longos períodos de tempo. O contraste entre essas duas abordagens sobre mudança social - uma falando sobre rupturas rápidas e a outra sobre redes de tensões

interdependentes que vão se transformando lentamente - tem se revelado o caminho mais produtivo para a minha pesquisa por razões que esclarecerei nas conclusões deste texto.

De maneira esquemática, podemos identificar sete pontos fundamentais na análise de Elias, no segundo volume do seu "*O processo civilizador*", sobre a formação do Estado Nacional moderno, que estruturam o modelo teórico do autor: i- a dinâmica das “forças centrífugas” e “forças centrípetas”; ii - o processo de feudalização (quando preponderam as forças centrífugas); iii - a noção de interdependência relacionada à divisão das funções sociais; iv - o processo de centralização (quando preponderam as forças centrípetas); v - o mecanismo de monopolização; vi - o mecanismo régio; e vii - a ideia de conseqüências não intencionadas do processo.

Observando a dinâmica social na Idade Média, Elias mostra que o grau de interdependência entre os indivíduos e a divisão das funções sociais era baixo. Eventuais esforços de centralização do poder colidiam sempre com poderosas forças centrífugas. Os reis na Idade Média só conseguiam unificar o território de seus reinos quando uma ameaça externa, irresistível para as casas menores, ameaçava a sobrevivência do reino. Nestas situações, aumentava a dependência dos pequenos feudos com relação ao rei, e seus esforços para reunir o exército e defender a nação, quando bem sucedidos, possibilitavam-no centralizar e monopolizar o poder dentro do reino. Porém, comprometido com os guerreiros que combateram sob suas ordens, o rei precisava pagar-lhes, e, como a economia de sociedades com baixa divisão de funções possui uma baixa monetarização, o valor da moeda era baixíssimo. Assim, o rei precisava pagar a seus guerreiros e homens de confiança com terras e propriedades, tornando-os vassalos.

A baixa interdependência entre os feudos não permitia que houvesse obstáculos fortes o suficiente para impedir que fosse reivindicado pelos vassalos o direito de autoridade sobre as terras em sua posse. Em conseqüência disso, cada um deles acabava por se considerar senhor de seus próprios feudos, ou com direitos hereditários de mando sobre o feudo de seus pais. Desta forma, as forças centrífugas preponderavam e promoviam a descentralização que tipifica o processo de feudalização assinalado pelo autor.

Com o aumento da divisão das funções e a configuração de uma rede de interdependências maior e mais longa, o grau de monetarização da economia aumenta. Quando isso acontece, o rei se vê em situação favorável para aproveitar as

oportunidades oferecidas pela sua condição diferenciada. Antes deste processo de diferenciação, o fato de possuir uma propriedade pouco maior que a das demais casas não lhe conferia vantagem significativa e a casa real era apenas mais uma dentre várias casas (feudos). Porém, em um segundo momento, a monetarização da economia lhe dá uma capacidade diferenciada de captação de recursos através da tributação. É importante notar que não há aqui uma preponderância explicativa da economia, já que as transformações econômicas são resultado de transformações do mundo social como um todo.

Dá-se assim um aumento constante da renda do suserano, além de um aumento da importância da burguesia, porém, em menor escala. Cresce também o potencial militar do rei, que passa a poder contar com um exército profissional pago, o que por sua vez permite que ele não conceda mais terras para os vassallos, dependendo, assim, cada vez menos destes. A superioridade militar e fiscal são pré-requisitos para a formação do poder centralizado que caracteriza o Estado.

O autor mostra que o estamento medieval dos guerreiros não conseguia se beneficiar, tanto quanto o suserano, dessas transformações econômicas. Eles se prejudicavam com a desvalorização da moeda que reduzia o valor de seus rendimentos. A tecnologia de guerra também atuou em favor do rei, que, ao contratar a infantaria em grande quantidade, conseguiu adquirir o monopólio sobre o uso das armas. Monopólio este que estava, anteriormente, nas mãos dos nobres. Por fim, com o crescimento da burguesia, os nobres perderam prestígio e poder social. Neste contexto, o rei pode atuar como um estimulador de conflitos entre a burguesia e a nobreza. Uma tensão entre esses grupos aumentava a dependência que eles tinham com relação ao rei, fortalecendo-o.

A possibilidade do suserano de fortalecer uma classe em detrimento de outra, que parecia preponderar, com o objetivo de garantir que o equilíbrio de tensões flutuantes entre as classes lhe fortalecesse, foi designada por Elias como mecanismo régio. O mecanismo régio possibilita que haja uma interferência direta do rei no mecanismo de monopolização. A compreensão do mecanismo régio depende, por fim, da compreensão do mecanismo de monopolização.

Quando numa disputa de poder um participante sai vitorioso, suas oportunidades aumentam e a de seus concorrentes diminui. Em seguida, os vitoriosos lutam entre si e o processo se repete até que se forme um monopólio sobre as oportunidades disputadas. Um número sempre maior de possibilidades de poder tende a acumular-se nas mãos de um número sempre menor de pessoas (se houver uma situação de livre concorrência).

Assim, podemos compreender como o mecanismo régio foi importante para manter a disputa entre os nobres e os burgueses sem uma resolução. Ou seja, em um equilíbrio flutuante de tensões que ora tendia para um lado e ora tendia para o outro, sem que, no entanto, preponderasse uma classe (o que ocorreria se não houvesse a interferência do rei). Controlando este mecanismo social, o rei conseguiu manter-se em posição privilegiada e fundamentar a construção de uma estrutura de poder ultra centralizada, que não obstante, impede a formação de um monopólio e mantém uma estrutura de interdependências.

No início do processo de formação de um monopólio, temos certo número de atores independentes entre si. Conforme as vitórias e derrotas vão ocorrendo, com o processo de competição, os derrotados vão se tornando dependentes dos vitoriosos. Porém, o contrário também ocorre. No caso analisado, o rei, conforme expande seu domínio unificado, necessita cada vez mais de um quadro de indivíduos contratados para as funções de estado. Desta forma, o vitorioso também se torna dependente dos derrotados e do grupo social dentro do qual exerce sua autoridade.

Este processo gera um aumento das cadeias de interdependência, provocando uma transformação da estrutura social, assim como na estrutura da personalidade dos indivíduos. Mais a frente no processo, a dependência para com os dependentes, ou melhor, as redes de interdependência fazem com que o poder passe gradualmente para as mãos dos interdependentes como um todo. O que antes era um monopólio privado sobre o uso dos meios de violência e de tributação, agora passa a configurar-se como um monopólio público. Podemos observar aqui, de forma nítida, o início do processo que Weber designa de burocratização estatal, com a formação de um quadro cada vez mais impessoalizado de funcionários públicos. Trata-se de um processo de institucionalização do Estado. Processo este que só viria a se completar com as chamadas revoluções burguesas, quando a estrutura patrimonialista cederia lugar e importância para a dominação baseada na ficção política da representatividade.

Assim, o Estado, segundo Elias, deve ser compreendido a partir de dois elementos principais: monopólio sobre a tributação, que possibilita uma superioridade financeira e militar; e o monopólio do uso da violência física, que se dá pela supremacia militar e que promove uma pacificação da vida social permitindo que a disputa por poder ficasse restrita a esfera econômica, principal razão apontada pelo autor para a ascensão da burguesia.

Conclusões

Utilizarei o espaço destas conclusões para localizar a obra de Skocpol e Elias no contexto do projeto de doutorado no qual estou engajado.

O trabalho da autora serve como um modelo valioso de metodologia comparada, apesar das óbvias restrições de aplicabilidade das conclusões que a autora chega. O maior mérito da obra, nesse sentido, é demonstrar a relevância de análises macro-históricas, que se debruçam sobre fontes secundárias e se esforçam para dar sentido e algum senso de unidade para a sempre crescente diversidade de análises de fontes primárias, que tendem a andar em paralelo, com muito pouco ou nenhum diálogo entre si. A principal contribuição de Skocpol para a minha pesquisa de doutorado se revelou ser a dimensão metodológica.

No momento, estou inclinado a estudar a formação do Estado Imperial no Brasil a partir de quatro eixos temáticos tradicionalmente abordados de forma separada: i - A formação de um aparato burocrático e administrativo sob a forma de instituições políticas de Estado (Casa da Moeda, Banco do Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Estruturas Parlamentares, etc.), por um lado, e de uma classe administrativa de estadistas, os dirigentes Saquarema, por outro (ROHLOFF DE MATTOS, 1994); ii - a formação de instituições militares (particularmente o Exército) que ganhavam força durante períodos de revoltas locais e guerras regionais, perdendo vitalidade durante período de maior estabilidade¹; iii - a questão da escravidão e; iv - a questão indígena.

O que venho observando na literatura é que a separação e a construção de um sistema legal de normas de conduta da administração colonial para com os indígenas – definindo quando seria legítimo atacá-los e escravizá-los e quando seria necessário protegê-los e frear os ímpetus dos colonizadores – coincide com um processo de racionalização e burocratização da administração colonial, na busca pela efetivação de um empreendimento viável, por um lado, e pela normatização dos corpos e tensões, por outro.

A relação entre indígenas, colonizadores e Estado português é marcada pela construção de um aparato legal de “proteção” e controle dos indígenas que segue

¹Tenho como uma hipótese de pesquisa, que esse padrão de ciclos de ganhos e perdas na organização interna e no peso político do Exército pode ser observado até a guerra do Paraguai, quando o fortalecimento do exército permite que a instituição tenha um peso e uma influência mais considerável na política nacional. Essa mudança de peso e poder político marcado pela Guerra do Paraguai é apontado por José Murilo de Carvalho, Francisco Doratioto e outros historiadores importantes do período como o principal fator que contribuiu para a queda do regime Imperial em novembro 1889.

critérios distintivos para separar indígenas amigos de indígenas inimigos (PERRONE-MOISÉS, 1998). Esse aparato de controle da interação entre colonizador e indígena revela a dimensão do problema enfrentado pela Corte portuguesa durante a fase colonial.

As forças que se organizavam no nível local para o empreendimento colonial desenvolviam, na dinâmica da economia açucareira, interesses e objetivos próprios que no entendimento da administração portuguesa precisavam ser normatizados e regulamentados para que não entrassem em conflito com os vários objetivos que a metrópole acomodava no grande projeto colonial. Um desses objetivos concernia aos interesses de catequização de nativos e a expansão da economia de valores simbólicos da Igreja Católica. É nesse contexto que as leis indigenistas se desenvolvem junto com o sistema de importação de mão de obra escravizada.

Essa organização inicial é determinante para entendermos a formação de interesses associados ao que no Império, após a instalação da família real no Brasil, seriam as forças locais, baseadas no poder patriarcal, que se opunham aos termos impostos pela centralização em andamento. Longe da administração da metrópole, separadas por características econômicas locais e relativamente isolados uns dos outros, essas elites formaram pequenos poderes autocráticos com os quais o empreendimento de construção do Estado terá que negociar e acomodar (SCHWARTZ, 1998).

As mudanças na política indigenista decorrentes das transformações na estrutura administrativa após 1808 são uma fonte importante para a reflexão sobre as interpenetrações entre a construção do Estado Imperial e a organização das Forças Armadas, que dependiam muito das elites locais para recrutamento e organização.

A partir do fim do século XVIII até meados do século XIX, a política oficial para com os indígenas passava rodar em torno do debate sobre “civilizar” ou “exterminar” os indígenas “bravos”. A posição do extermínio, em regra, era favorecida pelas elites locais identificadas com o processo colonial. A posição civilizatória era defendida pelos estadistas imperiais. Do ponto de vista semântico, o que marca esse debate é o fato inédito de se questionar abertamente a humanidade dos próprios indígenas, posição essa catalisada pelo cientificismo da época, que oferecia teorias racialistas que ora desumanizavam, ora inferiorizavam o elemento indígena (CARNEIRO DA CUNHA, 1998).

Argumento que os pares semânticos “brandura x violência” e “humanidade x animalidade” encarnados na retórica dos grupos em disputa no período imperial (forças

centrífugas x forças centrípetas) deixam profundas marcas na realidade política até a primeira metade do século XX no Brasil. A construção do Estado, ou melhor, do regime de poder que tem o Estado como elemento mediador central de relações sociais que se estruturam em processos de normatização, regulamentação, ordenação e pacificação (FOUCAULT, 2003, 2005, 2007), é vista aqui na sua dimensão conflitiva.

Uma das características mais marcantes na formação do Estado Imperial, como já dito, é o impacto causado pela chegada da administração portuguesa, junto com a Corte, na cidade do Rio de Janeiro em 1808. Inaugurou-se nesse momento um processo de rápida transformação da organização política da nação, que por sua vez deu origem a um rearranjo das forças sociais em um sentido mais amplo. Esse processo é muito diferente das experiências européias, marcadas por um período muito grande de conflitos entre organizações que foram se militarizando e dando origem a estruturas políticas que monopolizavam a violência e a capacidade de captação de tributos. Na experiência européia, o Estado emerge de um teia densa de interdependências e tensões de longa duração como mostra o trabalho de Elias.

No caso brasileiro, o surgimento do Estado se dá de forma mais abrupta, descrevendo um movimento de organização de esforços de centralização que colocava o arsenal de instituições que surgiam em conflito com forças locais, de maior ou menor intensidade, o que por sua vez exigia o fortalecimento de uma estrutura militar para reprimir tendências centrífugas representadas pelos interesses das elites agrícolas que dominaram a cena de forma quase incontestada durante um período longo na história colonial.

No entanto, essas mesmas estruturas militares construídas para fortalecer a centralização dependiam fortemente das forças locais. O recrutamento de tropas, a organização dos quadros e das hierarquias promoviam a desconcentração do poder que seus arquitetos pretendiam fortalecer e concentrar. Aqui o modelo proposto é fortemente influenciado por Elias, mas existem muitas diferenças também.

Enquanto Elias olha para transformações de longo prazo, o caso brasileiro é marcado por um senso de urgência e de ruptura que se assemelha em alguns pontos ao modelo de Skocpol. Algo próximo ao que a autora chama de modernização conservadora (revolução conservadora de cima para baixo) se deu na formação do Império. No entanto, o caso brasileiro foge em muitos sentidos dos conceitos propostos tanto por Elias como por Skocpol, Tilly e outros autores dedicados ao tema. Em nenhum desses casos a sociedade analisada passa por um processo similar à experiência

de traslado de um aparato de Estado de um continente para o outro, em conjunto com as complexidades impostas pelos conflitos decorrentes da escravidão e da lida com populações ameríndias. Essa situação de surgimento de uma nova estrutura de poderes que mobiliza o processo de formação do Estado no Brasil deve ser encarada como uma importante fonte para a reflexão sobre as teorias que tratam de formação do Estado, da mudança social e das lógicas de conflito e solidariedade.

Bibliografia

ABRAMS, P. "History, Sociology, Historical Sociology", *Past and Present*, 87, May, 1980, p. 3-16.

CARNEIRO DA CUNHA, M. "Política indigenista no século XIX". In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DURKHEIM, É. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Microfísica do Poder*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *As Verdades e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2003.

MARX, K. *O Capital*, Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOORE JR., Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Boston: Beacon Press, 1966.

PERRONE-MOISÉS, B. "Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial". In: CARNEIRO DA CUNHA, M. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROHLOFF DE MATTOS, I. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

SKOCPOL, T. *States and Social Revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SKOCPOL, T.; SOMERS, M. "The Uses of Comparative Macro-History In Macrosocial Inquiry," *Comparative Studies in Society and History*, 22, 2, 1980, p. 174-197.

SCHWARTZ, S. B. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

WEBER, M. Classe, Estamento, Partido. In: *Ensaaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2002.

_____. *Economia e Sociedade*, Vol. 2. São Paulo. Ed. Imprensa Oficial SP, 2004.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2013.